

Economia

INDICADORES

19 de abril de 2024

CÂMBIO		
Dólar	Compra	Venda
Comercial	5,19	5,19
Turismo	5,33	5,41
Euro Com.	5,53	5,54
Euro Tur.	5,68	5,76

5,19
O dólar encerrou a sessão de ontem com baixa de 0,97% em relação ao real

BOLESA	
Ibovespa	+0,75%
125.124,30 pontos	

OURO	
343,000	28/3/2024
BM&F (à vista)	

INFLAÇÃO			
	Fev	Mar	No An
IPCA	0,83	0,16	1,47
IPCC	0,81	0,19	1,28
ICPM	0,52	0,47	0,91
ICP-DI	0,41	0,30	0,97
IPC	0,46	0,26	1,38
CUBI	0,11	0,10	0,21

VALORES DE REFERÊNCIA			
	Março		
IGP-M	-1,0426		
IGP-DI	-1,0400		
IPCA	1,0393		
INPC	1,0340		

DADOS DE PAGAMENTO		DIA	
Finais de 1 e 6	1/4	Salário-base	Alíquota a pagar
Finais de 2 e 7	2/4	Autônomo (plano simplificado)	
Finais de 3 e 8	3/4	Valor mínimo	20%
Finais de 4 e 9	4/4	Valor máximo	20%
Finais de 5 e 0	5/4		

LICENCIAMENTO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
ANO	FINAL DE PLACA	ANO	FINAL DE PLACA	ANO	FINAL DE PLACA	ANO	FINAL DE PLACA	ANO	FINAL DE PLACA	ANO	FINAL DE PLACA
1	E2	3	E4	5	E6	7	E8	9		0	

Privatização

Fundo Phoenix compra estatal de energia

Leilão, disputado por três empresas, ocorreu na Bolsa de Valores

Agência Brasil

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), última estatal de energia do estado de São Paulo, foi arrematada na tarde de ontem pela empresa Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que ofereceu R\$ 70,65 por ação, com um ágio de 33,68% sobre o valor inicial mínimo pedido pelo governo de R\$ 52,85.

É a primeira desestatização do governo Tarcísio

O grupo arrematou toda a fatia que o estado tem na companhia. No total, a empresa arrematou 14,7 milhões de ações da Emae, numa transação que somou mais de R\$ 1 bilhão. O lance foi oferecido em leilão realizado na sede da B3, em São Paulo, e marcou a primeira desestatização do governo Tarcísio de Freitas.

A Emae foi disputada por três empresas: a Phoenix, que apresentou uma oferta inicial de R\$ 58,15; a EDF Brasil Holding, com uma oferta inicial de R\$ 56,30; e a Matrix Energy Participações, que ofereceu R\$ 52,85 por ação. Mas depois dos lances iniciais, o certame



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, levanta o martelo para batê-lo com força durante o leilão de privatização de mais uma estatal

seguiu para propostas em viva-voz, quando as proponentes vão aumentando seus lances ao vivo. E foi só após uma grande disputa lance a lance com a empresa EDF, em um total de 53 propostas em viva-voz, que a Phoenix acabou adquirindo a Emae.

"Quem assume a empresa hoje está pegando uma empresa bacana, com dinheiro em caixa e que tem apresentado resultados. Para nós, o resultado desse leilão foi extraordinário", disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao

elogiar o certame, acrescentando que "o ágio superou nossa expectativa".

"É uma grande honra participar do processo de desestatização da Emae, uma empresa sem passivos financeiros e com grandes projetos de geração de energia, que servirão de suporte de desenvolvimento para o estado de São Paulo", disse o diretor-presidente da Emae, Marcio Rea.

"Ao abrir suas operações para investidores privados haverá acesso a novas expertises e recursos adicionais para enfrentar os desafios", acrescentou.

O leilão foi realizado na modalidade de venda em lote único, com a oferta de 14,7 milhões de ações da empresa, controlada pelo estado. Para o leilão, as ofertas por ação não poderiam ser inferiores a R\$ 52,85. De economia mista, a Emae tinha sua composição acionária dividida entre o governo de São Paulo, a Companhia Metropolitana de São Paulo (Metró), a Eletrobras e uma parcela minoritária com outros acionistas.

Xeque-Mate

DA ECONOMIA
Estéfano Barioni estefano.barioni@gmail.com

Dúvida do Leitor: Leasing

O leitor Alfredo enviou uma mensagem a esta coluna perguntando sobre a operação de leasing. Ele escreve: "Tenho uma pequena empresa que está em estágio de crescimento e preciso adquirir equipamentos de informática. Foi-me sugerido fazer um leasing, mas tenho dúvidas se não é melhor comprar os computadores. Você poderia me orientar sobre quais as vantagens e desvantagens do leasing versus fazer a compra?". Respondo a seguir.

Leasing

O leasing, ou arrendamento mercantil, é uma forma que as empresas dispõem de obter o uso de ativos sem a necessidade de compra imediata. A decisão entre comprar ou optar pelo leasing de equipamentos é uma escolha que envolve uma série de considerações tanto financeiras quanto operacionais.

a frase

Cada dia traz novas escolhas

Martha Beck, escritora norte-americana

Leasing Operacional

Um leasing pode ser operacional ou financeiro. No leasing operacional, a empresa arrendadora mantém a propriedade do bem e o arrendatário paga pelo uso, como um aluguel, com a opção de renovar, devolver ou comprar o bem no final do contrato. Os custos de manutenção são arcados pela empresa dona do ativo, ou seja, pela empresa arrendadora. Para o arrendatário, o mais importante é o direito de usar o ativo e não a quem ele pertence.

Leasing Financeiro

Já no leasing financeiro, o pagamento é estruturado de forma que, ao final do contrato, o arrendatário tenha a opção de comprar o bem por um valor residual previamente acordado. É como se fosse uma espécie de financiamento em que o arrendatário, ou seja, a empresa que vai utilizar o ativo, paga parcelas sobre o uso do bem e deixa para o futuro a decisão de comprar ou não o ativo (pelo preço residual acordado).

Vantagens

Entre as vantagens do leasing, destacam-se a conservação de capital, a facilidade de atualização de equipamentos e especialmente a geração de benefícios fiscais, pois a dedução das parcelas do leasing como despesa operacional reduz o total de imposto a pagar. Além disso, o risco associado à obsolescência do equipamento é transferido para a empresa arrendadora, o que pode ser particularmente vantajoso no setor de tecnologia, onde a atualização é essencial.

Desvantagens

Por outro lado, o leasing pode resultar em custos totais mais altos a longo prazo, especialmente se o equipamento tiver uma vida útil longa e estável. Outra desvantagem é a rigidez contratual. Cancelar um contrato de leasing financeiro geralmente envolve penalidades significativas. Adicionalmente, apesar de não ser dono do equipamento, o arrendatário pode ser responsável por manter o bem em boas condições, implicando em custos adicionais.

Companhia Paulista de Força e Luz

CNPJ nº 33.050.196/0001-88 - NIRE: 35.300.043.731

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 14:00 na sede social da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. II. Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Acionista"), representando a totalidade do capital social. III. Presença: Compareceu à Assembleia Geral, a acionista CPFL Energia, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". IV. Composição da Mesa: Presidente da Mesa Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto, Secretário Sr. Victor Demolin. V. Ordem do Dia: (I) Aprovar a declaração de Juros sobre Capital Próprio (JUCP). VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: (1) Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento das acionistas; e (2) Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas das acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. VII. Deliberações: Após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, a Acionista deliberou: (I) Aprovar a declaração de Juros sobre Capital Próprio (JUCP), a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2024, no valor total de até R\$ 51.200.000,00. Os pagamentos serão efetuados em datas a serem determinadas pelos Diretores Executivos, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia. VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Respostas os trabalhos, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes: Luis Henrique Ferreira Pinto (Presidente da Mesa), Victor Demolin (Secretário), e a acionista CPFL Energia S.A. (por seus representantes Luis Henrique Ferreira Pinto e Flávio Henrique Ribeiro). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente Ata é cópia da Ata lavrada em livro próprio de atas de Assembleia Geral, sendo autorizada a publicação e o registro desta ata na forma de extrato, com omissão de assinaturas dos Acionistas e supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Campinas, 28 de março de 2024. Mesa: Luis Henrique Ferreira Pinto - Presidente da Mesa; Victor Demolin - Secretário. JUCESP nº 139.574/24-4 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Piratininga de Força e Luz

CNPJ nº 04.172.213/0001-51 - NIRE: 35.300.182.383

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 14:30, na sede social da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. II. Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Acionista"), representando a totalidade do capital social. III. Presença: Compareceu à Assembleia Geral, a acionista CPFL Energia, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". IV. Composição da Mesa: Presidente da Mesa Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto, Secretário Sr. Victor Demolin. V. Ordem do Dia: (I) Aprovar a declaração de Juros sobre Capital Próprio (JUCP). VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: (1) Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento das acionistas; e (2) Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas das acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. VII. Deliberações: Após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, a Acionista deliberou: (I) Aprovar a declaração de Juros sobre Capital Próprio (JUCP), a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2024, no valor total de até R\$ 11.990.000,00. Os pagamentos serão efetuados em datas a serem determinadas pelos Diretores Executivos, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia. VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Respostas os trabalhos, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes: Luis Henrique Ferreira Pinto (Presidente da Mesa), Victor Demolin (Secretário), e a acionista CPFL Energia S.A. (por seus representantes Luis Henrique Ferreira Pinto e Flávio Henrique Ribeiro). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente Ata é cópia da Ata lavrada em livro próprio de atas de Assembleia Geral, sendo autorizada a publicação e o registro desta ata na forma de extrato, com omissão de assinaturas dos Acionistas e supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Campinas, 28 de março de 2024. Mesa: Luis Henrique Ferreira Pinto - Presidente da Mesa; Victor Demolin - Secretário. JUCESP nº 139.448/24-0 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Forbrasa S.A. Comércio e Importação

CNPJ nº 46.047.338/0001-08

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. (as) Acionistas da Forbrasa S.A. Comércio e Importação, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2024 às 10:00 horas, de acordo com o Artigo 125 da Lei nº 6.404/76 no escritório de sua propriedade à Rua Luiz Otávio, 2385 - Parque Faz. Sta. Cândida, na cidade de Campinas-SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinariamente:** a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023; b) Ratificar sobre os atos praticados pelos atuais Diretores e Administradores até a data da referida AGO, inclusive no tocante às deliberações tomadas em "Atas de Reunião de Diretoria"; c) Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício; d) Eleger os Administradores e Membros do Conselho Fiscal; e) Outros assuntos.

Socrates Penabaz de Camargo
Diretor Presidente

REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

CNPJ 46.030.318/0001-16

Rua Onze de Agosto, 557 - Botafogo - Campinas - SP

NOTA EXPLICATIVA: RECEBIMENTOS DE RECURSOS PÚBLICOS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - S.U.S. (PORTAL TRANSPARÊNCIA)

A REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA, estabelecida na Rua Onze de Agosto, nº 557 - Botafogo - Campinas/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.030.318/0001-16, recebeu os seguintes montantes líquido em 2023 a título de "Recursos Públicos - Sistema Único de Saúde - SUS", R\$ 20.558.713,71 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos) CONVÊNIO ASSISTENCIAL - 011/2021, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) proveniente do CONVÊNIO IMOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS - 021/2023 e R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil) proveniente do CONVÊNIO AMBIÊNCIA - 023/2023, perfazendo, portanto, o montante líquido total de R\$ 20.889.713,71 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos). A Contrapartida dos três termos de convênio foi a prestação de Serviços Assistenciais, suplantados conforme detalhamento abaixo:

Valores recebidos em 31 de dezembro de 2023 (em Reais) - Recursos Públicos - SUS - CONVÊNIO 011/2021 - ASSISTENCIAL				
Fonte de Recursos	Federal	Municipal	Estadual	Total Recebido
Recursos Concedente	17.447.099,22	8.050.985,84	56.779,20	25.584.864,26
(-) Empréstimos consignados	(3.180.357,48)	-	-	(3.180.357,48)
(-) Glosas Produção Indicadores	(1.792.822,56)	-	(63.270,40)	(1.856.092,96)
(=) SubTotal	12.474.219,17	8.050.985,84	33.508,80	20.558.713,71
(+) Rend. Aplicação Financeira	-	-	-	-
(=) Total	12.474.219,17	8.050.985,84	33.508,80	20.558.713,71

Valores recebidos em 31 de dezembro de 2023 (em Reais) - Recursos Públicos - SUS - CONVÊNIO 021/2023 - AQUISIÇÃO DE IMOBILIÁRIOS				
Fonte de Recursos	Municipal	Próprio	Total	Total Recebido
Recursos Concedente	200.000,00	0,00	200,00	200.000,00
(-) Glosas Produção Indicadores	-	-	-	-
(=) SubTotal	200.000,00	-	200,00	200.000,00
(+) Recursos Conveniente	-	-	-	-
(=) Total	200.000,00	-	200,00	200.000,00

Valores recebidos em 31 de dezembro de 2023 (em Reais) - Recursos Públicos - SUS - CONVÊNIO 023/2023 - AMBIÊNCIA				
Fonte de Recursos	Federal	Próprio	Total	Total Recebido
Recursos Concedente	131.000,00	0,00	131,00	131.000,00
(-) Glosas Produção Indicadores	-	-	-	-
(=) SubTotal	131.000,00	-	131,00	131.000,00
(+) Recursos Conveniente	-	289.345,56	289,34	289.345,56
(=) Total	131.000,00	289.345,56	420,34	420.345,56

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei 11.638/2007, 11.941/2009 e suas respectivas alterações, o pronunciamento técnico PME - contabilidade para pequenas e médias empresas e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, as Resoluções CFC nº 1.159/09 e nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos.

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.
Campinas, 20 de abril de 2024.

Claudio Amate
Presidente

Valdirene de C. Suzzio
Contadora CRC 15P 19262/0-9